

DOCUMENTO DE ORIENTAÇÃO

DATA: Outubro 2026

DOCUMENTO DE ORIENTAÇÃO PARA O
USO E A APLICAÇÃO DOS PRODUTOS DE
POLÍTICAS DO COMITÊ DE SEGURANÇA
ALIMENTAR MUNDIAL (CSA) POR FUNDAÇÕES
FILANTRÓPICAS

SUMÁRIO:	2
1. Produtos e Políticas do CSA em Ação – Caminhos para a Implementação	4
1.1 Introdução ao Documento de Orientação	4
1.2 A quem se destina este documento?	5
1.3 Glossário de termos	5
2. Caminhos para a Implementação: Resumo	6
2.1 Caminhos para a Implementação 1: Orientação Estratégica	7
2.2 Caminhos para a Implementação 2: Desenho de Programas	9
2.3 Caminhos para a Implementação 3: Incidência e Prestação de Contas no Ecossistema	12
2.4 Caminho facilitador – Engajamento com as Funções de Formulação de Políticas e de Plataforma do CSA	14
3. Anexo: Informações Adicionais – o CSA e a Filantropia	15
3.1 Anexo 1 – Introdução ao CSA	15
3.2 Anexo 2 – O CSA e a Filantropia	18

→	<u>Saiba mais sobre o Comitê de Segurança Alimentar Mundial</u>
→	<u>Saiba mais sobre a Filantropia e o CSA</u>

RESUMO:

As fundações financiam iniciativas relacionadas aos sistemas alimentares em diversas frentes, muitas vezes sem uma referência comum que permita compreender como esse trabalho se insere no contexto global. Os produtos de políticas do Comitê de Segurança Alimentar Mundial (CSA) oferecem essa referência. Eles são negociados pelos governos em conjunto com a sociedade civil, os Povos Indígenas, o setor privado e a filantropia, e se baseiam em evidências científicas independentes produzidas pelo Painel de Alto Nível de Especialistas em Segurança Alimentar e Nutrição (HLPE-FSN). Por serem endossados pelos governos, esses produtos oferecem às fundações, aos parceiros e às autoridades públicas uma referência comum para a ação em matéria de sistemas alimentares.

Este Documento de Orientação mostra como as fundações podem colocar em prática os produtos de políticas do CSA por meio de três caminhos:

- 1. Orientação Estratégica:** A agenda de políticas do CSA reflete as áreas prioritárias de ação em matéria de segurança alimentar e nutricional e de sistemas alimentares. Compare sua estratégia com a agenda do CSA para identificar pontos de entrada, áreas de colaboração e prioridades emergentes.
- 2. Desenho de Programas:** Os produtos do CSA são recomendações de políticas baseadas em evidências e cuidadosamente elaboradas. Utilize as orientações do CSA para estruturar programas e projetos, subsidiar a concessão de financiamentos e orientar intervenções.
- 3. Incidência e Prestação de Contas no Ecossistema:** Os produtos de políticas do CSA são endossados pelos Estados-Membros do CSA e apoiados por outras partes interessadas. Utilize-os para apoiar campanhas, tradução e disseminação, ações de incidência e mecanismos de prestação de contas, conectando a ação local aos compromissos nacionais e às agendas globais.

Os caminhos são opções, e não um modelo rígido. Escolha aqueles que melhor se adequem ao seu papel, ao seu portfólio e aos seus parceiros. Cada caminho é acompanhado de um estudo de caso baseado na prática filantrópica, e este Documento de Orientação será atualizado à medida que as fundações compartilharem suas experiências.



1. A agenda de políticas do CSA reflete as áreas prioritárias de ação em matéria de segurança alimentar e nutricional e de sistemas alimentares. Compare sua estratégia com a agenda do CSA para identificar pontos de entrada, áreas de colaboração e prioridades emergentes.
2. Os produtos do CSA são recomendações de políticas baseadas em evidências e cuidadosamente elaboradas. Utilize as orientações do CSA para estruturar programas e projetos, subsidiar a concessão de financiamentos e orientar intervenções.
3. Os produtos de políticas do CSA são endossados pelos Estados-Membros do CSA e apoiados por outras partes interessadas. Utilize-os para apoiar campanhas, tradução e disseminação, ações de incidência e mecanismos de prestação de contas, conectando a ação local aos compromissos nacionais e às agendas globais.

1. Produtos de Políticas do CSA em Ação – Caminhos para a Implementação

1.1

Introdução ao Documento de Orientação

Os produtos de políticas do Comitê de Segurança Alimentar Mundial (CSA) oferecem às fundações filantrópicas uma referência particularmente sólida para orientar seu trabalho — combinando processos multilaterais inclusivos e legítimos de tomada de decisão com rigor científico e coerência prática em matéria de políticas. .

O CSA busca alcançar um mundo livre da fome e promover a realização progressiva do direito à alimentação. As recomendações do CSA são elaboradas no âmbito da principal plataforma intergovernamental, internacional, multilateral e inclusiva do mundo, na qual os Estados-Membros negociam juntamente com a sociedade civil, o setor privado, os Povos Indígenas, as organizações de agricultores, pesquisadores e outros atores. Essa legitimidade política é reforçada pela sólida base de evidências, submetida à revisão por pares, fornecida pelo Painel de Alto Nível de Especialistas em Segurança Alimentar e Nutrição (HLPE-FSN), garantindo que as fundações invistam em soluções cientificamente fundamentadas.

Como as políticas do CSA são acordos internacionais adotados pelos governos nacionais, as fundações podem alinhar suas estratégias explorando sinergias com parceiros governamentais, facilitando a colaboração, ampliando a apropriação nacional e promovendo impactos mais sustentáveis e de longo prazo.

O Plano de Ação do CSA para Fortalecer a Adoção dos Produtos de Políticas do CSA (2024) destaca que “fortalecer a utilidade, a apropriação, o conhecimento e o uso dos produtos de políticas do CSA é uma responsabilidade coletiva que exige esforços conjuntos, bem como uma estreita colaboração entre as partes interessadas relevantes”. O Plano de Ação pretende servir como um roteiro de ações destinadas a promover a adoção dos produtos de políticas do CSA em todos os níveis, com vistas à realização progressiva do direito à alimentação adequada.

Como enfatizado pela reforma do CSA de 2009, os mecanismos e os membros do CSA desempenham diferentes papéis e assumem diferentes responsabilidades. Os Estados-Membros têm a responsabilidade primordial de traduzir os produtos de políticas do CSA em políticas, programas e instrumentos legislativos, mas todas as partes interessadas do CSA desempenham um papel fundamental no apoio à adoção desses produtos. **Como instituições financiadoras, as fundações filantrópicas possuem um papel, um poder e uma função específicos no âmbito do Comitê.** Este Documento de Orientação apresenta os diferentes caminhos por meio dos quais as fundações filantrópicas podem aproveitar esse papel diferenciado para colocar em prática as políticas do CSA — contribuindo, assim, para uma maior coerência das políticas em matéria de segurança alimentar e nutricional.

Este Documento de Orientação concentra-se principalmente na adoção dos produtos de políticas do CSA pelas fundações filantrópicas, mas deve ser considerado em conjunto com o engajamento nas três funções estratégicas

do CSA: Plataforma, Políticas e Adoção. O documento está organizado em torno das diferentes formas pelas quais as fundações podem contribuir para a implementação das políticas do CSA, abrangendo três caminhos principais:

1. Orientação estratégica
2. Desenho de programas e projetos
3. Incidência e campanhas

Apoiado pelo engajamento estratégico nas três funções e na ampla gama de atividades do CSA e do HLPE-FSN.

1.2

A quem se destina este documento?

Este documento destina-se a **qualquer fundação filantrópica que trabalhe com temas afetados pela segurança alimentar e nutricional e que também a afetem**, incluindo sistemas alimentares, agroecologia, nutrição e dietas saudáveis, sistemas pecuários, mudanças climáticas e uso de recursos, posse e uso da terra, direitos e governança, entre outros. **As políticas do CSA podem servir como instrumentos úteis de referência, ajudando as fundações a identificar pontos de entrada em prioridades temáticas globais, orientar seu trabalho e otimizar tempo e recursos.** Este documento destina-se, portanto, a qualquer fundação interessada em fundamentar seu trabalho nessas áreas temáticas relevantes em processos globais e em alinhar investimentos e financiamentos a instrumentos de políticas endossados globalmente, promovendo maior coerência e eficiência.

Como usar este guia:

O guia foi concebido para ser utilizado como uma caixa de ferramentas, por meio da qual as fundações podem revisar seu portfólio estratégico e programático à luz do conjunto de produtos de políticas do CSA e identificar possíveis áreas de engajamento. Nem todos os caminhos e ações serão relevantes para todas as fundações; elas podem desempenhar diferentes papéis nos processos de formulação de políticas e de mudança social, inclusive como defensoras de causas, formadoras de opinião, facilitadoras de ações de incidência, articuladoras, financiadoras ou promotoras de ações coletivas. O papel ou os papéis específicos assumidos por cada fundação influenciarão a forma como ela interage com as recomendações. A maneira pela qual as fundações filantrópicas se envolverão com as políticas do CSA também dependerá de sua estrutura organizacional, de suas prioridades estratégicas, de seu foco geográfico e das prioridades de suas redes de parceiros. As opções de caminhos para a adoção apresentadas abaixo são exatamente isso: um conjunto de alternativas que pode ser adaptado às necessidades e realidades de cada organização.

O Documento de Orientação também foi concebido como um documento vivo: o feedback, os testes e a experiência adicional das fundações na implementação das políticas do CSA poderão contribuir para a inclusão de novos caminhos no futuro.

1.3

Glossário de termos

O Plano de Ação do CSA define “**Adoção**” como o conjunto de atividades que promovem a implementação dos produtos de políticas do CSA, incluindo o aumento de sua “utilidade”, “utilização”, “conhecimento” e “apropriação”. A adoção está, portanto, intrinsecamente ligada às funções de formulação

de políticas e de plataforma do CSA: uma forte capacidade de articulação e negociações de políticas com múltiplas partes interessadas aumentam o valor e o posicionamento dos produtos de políticas do CSA, enquanto o uso ativo das políticas do CSA reforça o valor global do CSA como plataforma e demonstra a relevância do processo de convergência de políticas.

O Plano de Ação do CSA define o “**Uso**” — uma forma de adoção — de um produto de políticas do CSA como ocorrendo quando “estratégias, programas e políticas são concebidos e desenvolvidos... [com base nos] produtos do CSA”. Além desse uso formal, outro componente fundamental da adoção dos produtos do CSA abrange as ferramentas e diretrizes desenvolvidas com base nesses produtos de políticas. Esses instrumentos são necessários para estabelecer uma ponte entre as realidades globais e locais e criar as bases para seu uso formal.

2. Caminhos para a Adoção: Resumo

Este documento apresenta três caminhos abrangentes por meio dos quais as fundações filantrópicas podem apoiar a adoção dos Produtos de Políticas do CSA: consultar as políticas do CSA para orientar a **orientação estratégica**; utilizá-las para estruturar o **desenho programático** e a definição de prioridades; e fazer referência a elas para fortalecer a **incidência e a prestação de contas no ecossistema**. Esses caminhos são sustentados por um engajamento transversal com outros elementos dos programas de trabalho do CSA e do HLPE-FSN.

Resumo gráfico dos caminhos para a implementação.



1. A agenda de políticas do CSA reflete as áreas prioritárias de ação em matéria de segurança alimentar e nutricional e de sistemas alimentares. Compare sua estratégia com a agenda do CSA para identificar pontos de entrada, áreas de colaboração e prioridades emergentes.

2. Os produtos do CSA são recomendações de políticas baseadas em evidências e cuidadosamente elaboradas. Utilize as orientações do CSA para estruturar programas e projetos, subsidiar a concessão de financiamentos e orientar intervenções.
3. Os produtos de políticas do CSA são endossados pelos Estados-Membros do CSA e apoiados por outras partes interessadas. Utilize-os para apoiar campanhas, tradução e disseminação, ações de incidência em mecanismos de prestação de contas, conectando a ação local aos compromissos nacionais e às agendas globais.

Uma observação importante a ser considerada é que as organizações filantrópicas nem sempre precisam assumir uma posição de conformidade; elas também podem adotar uma posição divergente, quando isso fizer sentido para suas estratégias e objetivos, bem como para os objetivos das organizações com as quais trabalham em parceria. Embora o processo participativo do CSA confira ampla legitimidade aos seus produtos de políticas, esse processo não está isento de desafios: uma consequência inevitável das negociações baseadas em consenso é a necessidade de compromissos, o que significa que os produtos finais não refletirão necessariamente todos os temas críticos e todas as propostas apresentados pelos membros e participantes do CSA ao longo do processo.

Consultar os parceiros que atuam no território é fundamental para utilizar as políticas do CSA de forma a dar maior visibilidade às recomendações mais relevantes, ao mesmo tempo em que se busca abordar questões marginalizadas ou pontos cegos existentes nas recomendações de políticas.

2.1

Caminho para a Adoção 1: Orientação Estratégica

As políticas do CSA podem ser utilizadas para orientar o posicionamento estratégico das organizações filantrópicas, alinhando suas áreas de intervenção nos sistemas alimentares às prioridades globais e às necessidades, fundamentadas em evidências, das políticas de segurança alimentar e nutricional. No âmbito do CSA, os temas selecionados para o desenvolvimento de políticas resultam de negociações entre 127 países-membros, além de representantes de agências das Nações Unidas, instituições acadêmicas e dos três mecanismos que representam as fundações filantrópicas, a sociedade civil e os Povos Indígenas, e o setor privado. Além disso, os produtos de políticas costumam se basear em relatórios científicos elaborados pelo HLPE-FSN por meio de amplos processos de consulta e contribuem para a realização do direito à alimentação adequada. Em conjunto, esses elementos fazem com que a agenda de políticas do CSA geralmente reflita áreas prioritárias de ação para os sistemas alimentares e para a segurança alimentar e nutricional, fundamentadas tanto nas agendas políticas globais quanto em evidências científicas, podendo, assim, oferecer um contexto de referência para a atuação filantrópica.

Para integrar os produtos de políticas do CSA à orientação estratégica e, dessa forma, contribuir para sua adoção mais ampla, as fundações filantrópicas podem:

- Revisar as prioridades estratégicas à luz do Programa Plurianual de Trabalho (MYPoW) do CSA. Isso pode ajudar a identificar oportunidades futuras nas quais as fundações possam ampliar ou concentrar seus planos de trabalho para alinhá-los ao CSA, aproveitando a atenção global e as evidências científicas proporcionadas pelos processos do HLPE-FSN e do CSA.
- Revisar as prioridades estratégicas e o foco geográfico por país à luz do acervo de produtos de políticas do CSA, a fim de identificar em quais áreas o trabalho em andamento pode se beneficiar do amplo conjunto de recomendações de políticas fundamentadas em evidências e endossadas em nível nacional. *Por exemplo, uma fundação que esteja desenvolvendo uma estratégia para sistemas alimentares poderia consultar as Diretrizes Voluntárias sobre Sistemas Alimentares e Nutrição (VGFSyN), de 2021, para identificar estratégias eficazes de enfrentamento da insegurança alimentar e nutricional a partir de uma abordagem de sistemas alimentares, bem como as notas periódicas do HLPE-FSN sobre Questões Críticas, Emergentes e Persistentes (CEEI), a fim de antecipar futuras prioridades para os sistemas alimentares.*
- Caso esteja sendo realizado um processo de planejamento estratégico, utilize as políticas do CSA e o MYPoW do CSA como subsídios para identificar áreas nas quais novos programas possam ser desenvolvidos ou programas existentes possam ser ampliados. Isso pode contribuir tanto para a contextualização das estratégias filantrópicas quanto para escolhas programáticas específicas.
 - Para subsidiar o contexto estratégico, os produtos de políticas do CSA podem ser utilizados para conectar o trabalho filantrópico a uma visão global das tendências mais amplas dos sistemas alimentares, das prioridades e das alavancas de ação, contribuindo para contextualizar uma teoria da mudança.
 - Para subsidiar escolhas programáticas específicas, as políticas do CSA podem ser utilizadas para identificar áreas prioritárias de investimento e diferentes alavancas programáticas estratégicas para a transformação dos sistemas alimentares.
- Caso esteja sendo realizada uma revisão intermediária da estratégia ou uma avaliação final da estratégia, analise-a à luz dos produtos de políticas do CSA e do MYPoW para subsidiar possíveis ajustes estratégicos oportunos ao longo do período de implementação da estratégia.

É compreensível que as fundações desenvolvam e revisem suas estratégias por meio de processos distintos. Portanto, esses caminhos recomendados podem ser mais ou menos relevantes dependendo do processo estratégico adotado, do cronograma e do grau de flexibilidade existente, especialmente no caso de fundações em que as questões relacionadas aos sistemas alimentares não representam a totalidade nem a maior parte do portfólio.

Desde sua criação, e de forma reforçada pela atual Estratégia 2024-2030, o trabalho da Coalizão para a Agroecologia está firmemente fundamentado nos 13 princípios da agroecologia apresentados no relatório do HLPE-FSN sobre Abordagens agroecológicas e outras inovações para a agricultura sustentável e os sistemas alimentares que melhoram a segurança alimentar e a nutrição (2019), e mencionados nas recomendações de políticas subsequentes do CSA, de mesmo título. Da mesma forma, o plano estratégico do Fundo para a Agroecologia prevê o alinhamento do financiamento e das ações de incidência aos 13 princípios do HLPE-FSN. Por definição, portanto, o trabalho da Coalizão para a Agroecologia e do Fundo para a Agroecologia contribui de forma direta, consistente e abrangente para a operacionalização das recomendações de políticas e dos 13 princípios.

2.2 Caminho para a Adoção 2: Desenho de Programas

As boas práticas para a adoção dos produtos de políticas do CSA envolvem seu “uso” formal, integrando-os a programas e políticas em execução. No caso das fundações filantrópicas, isso pode ser aplicado ao desenho de projetos e programas, utilizando os produtos de políticas do CSA para estruturar programas, orientar estratégias de concessão de financiamentos e guiar intervenções.

Em particular, as Diretrizes Voluntárias (VGs) do CSA podem ser especialmente úteis para as fundações. Em comparação com as recomendações anuais de políticas, as VGs são documentos mais extensos, geralmente desenvolvidos ao longo de um processo de vários anos. Como abordam os respectivos temas a partir de diversas perspectivas de políticas e contêm orientações mais voltadas à ação para a implementação de políticas, as VGs podem ser instrumentos mais úteis para as fundações filantrópicas no desenho de políticas, estratégias e programas específicos em diferentes contextos. São elas: as Diretrizes Voluntárias sobre Igualdade de Gênero e Empoderamento de Mulheres e Meninas no Contexto da Segurança Alimentar e Nutricional (2023), as Diretrizes Voluntárias sobre Sistemas Alimentares e Nutrição (2021), as Diretrizes Voluntárias sobre a Governança Responsável da Posse da Terra, da Pesca e das Florestas no Contexto da Segurança Alimentar Nacional (2012) e as importantes Diretrizes Voluntárias para Apoiar a Realização Progressiva do Direito à Alimentação Adequada no Contexto da Segurança Alimentar Nacional (2004).

As fundações filantrópicas interessadas em promover a adoção dos produtos de políticas do CSA por meio do desenho de projetos e programas podem:

- Interpretar os produtos de políticas relevantes do CSA em princípios de ação aplicáveis. Isso permite traduzir as orientações globais em agendas de ação pertinentes às fundações e adaptadas às especificidades locais, especialmente quando elaboradas conjuntamente com parceiros da sociedade civil.
- Incorporar esses princípios aos processos de conformidade das estratégias de concessão de financiamentos, alinhando os investimentos aos objetivos das políticas do CSA.

- Incorporar esses princípios inspirados no CSA ao desenho colaborativo de projetos, a fim de alinhar projetos com múltiplas partes interessadas a instrumentos endossados globalmente.
- Adicionar indicadores ou perguntas baseados nas recomendações de políticas do CSA aos marcos de Monitoramento, Avaliação, Prestação de Contas e Aprendizagem (MEAL) e aos processos de avaliação de projetos. *Por exemplo, um marco de MEAL para um projeto de igualdade de gênero pode recorrer às Diretrizes Voluntárias do CSA sobre Igualdade de Gênero e Empoderamento de Mulheres e Meninas para identificar indicadores de sucesso e princípios fundamentais a serem considerados.*
- Vincular as recomendações de políticas do CSA ao desenvolvimento do desenho de programas, alinhando as atividades programáticas às orientações globais de políticas. Isso pode significar utilizar as políticas do CSA e parâmetros derivados dessas políticas como instrumentos para orientar as atividades dos projetos, apoiar a estrutura e os objetivos de novos projetos e fortalecer os parceiros com base em marcos de políticas acordados globalmente e endossados por seus governos nacionais.
- Trabalhando com parceiros que atuam no território, identificar lacunas de evidências, questões pouco exploradas ou pontos cegos nos produtos de políticas do CSA e abordá-los por meio de investimentos e financiamentos. Idealmente, quaisquer novas questões devem ser respaldadas por evidências geradas por meio de pesquisas participativas realizadas no território e, sempre que possível, alinhadas às posições nacionais emergentes. Isso também pode contribuir para reduzir tensões entre as recomendações globais e as prioridades locais.
- Trabalhando com os governos, mapear as posições, os objetivos e os contextos políticos nacionais em relação às recomendações do CSA, a fim de direcionar os programas de forma mais eficaz e coordenar ações entre organizações filantrópicas.
- Estabelecer parcerias com universidades e outras instituições de pesquisa para preencher lacunas específicas de conhecimento, pesquisa e dados no debate global sobre sistemas alimentares, especialmente aquelas relacionadas à implementação das recomendações de políticas. Isso também pode contribuir para preencher eventuais lacunas nas recomendações de políticas existentes decorrentes do processo de negociação.
- Quando aplicável, apoiar organizações da sociedade civil e dos Povos Indígenas interessadas em atividades de adoção dos produtos do CSA, por meio de apoio financeiro e de articulação oferecido pelas fundações, adotando uma abordagem de “capital de risco para a mudança pública”. Em particular, essa colaboração com organizações da sociedade civil pode assegurar que esse trabalho priorize a autonomia, a participação e o protagonismo dos grupos sociais mais afetados pela insegurança

alimentar e pela má nutrição.

- Buscar diálogo com membros das equipes de redação e do comitê diretor do HLPE-FSN, bem como com outros especialistas, para obter orientações adicionais sobre como e em quais contextos promover de forma mais eficaz as recomendações de políticas.

Para ampliar o impacto, o trabalho das fundações filantrópicas é, com muita frequência, orientado e moldado pelas prioridades dos parceiros que atuam no território. É importante, portanto, que, em todas as opções apresentadas no Caminho 2, as ações estejam fundamentadas nas demandas temáticas e operacionais desses parceiros. Ao analisar as opções de implementação, cada fundação deve considerar os produtos de políticas que sejam mais relevantes do ponto de vista temático e estejam mais alinhados às prioridades de seus parceiros no território.

Estudo de caso Diretrizes Voluntárias do CSA sobre a Governança Responsável da Posse da Terra, das Florestas e da Pesca (VGGTs) no Benim

A [Robert Bosch Stiftung](#) trabalha com o [TMG Think Tank for Sustainability](#) e parceiros locais no Benim para promover o uso das [Diretrizes Voluntárias do CSA sobre a Governança Responsável da Posse da Terra, da Pesca e das Florestas \(VGGTs\)](#). O projeto tem como objetivo traduzir as VGGTs para o contexto local do Benim. Trabalhando em parceria com organizações da sociedade civil locais que atuam na área da posse da terra, especialmente grupos liderados por mulheres, o projeto utiliza as VGGTs para esclarecer seus direitos de posse, as decisões da Convenção das Nações Unidas de Combate à Desertificação (UNCCD) e as obrigações internacionais endossadas pelo governo nacional. Utilizando as VGGTs e as decisões da UNCCD como referência, o projeto busca identificar pontos de entrada nas políticas do Benim sobre neutralidade da degradação da terra e restauração de terras, a fim de fortalecer os direitos de posse nos diferentes âmbitos das políticas fundiárias.

Estudo de caso Transições agroecológicas apoiadas pela filantropia

A [Global Alliance for the Future of Food \(GA\)](#) apoia iniciativas que identificam oportunidades de investimento para transições agroecológicas. Por meio do trabalho em parceria, do exercício de um papel de coordenação do ecossistema e da mobilização de financiamento multilateral, a GA busca apoiar o desenvolvimento e a implementação de estratégias agroecológicas nacionais em diversos países. O programa [Regenerative & Agroecological Food Systems Transitions \(RAFT\)](#) tem como objetivo catalisar a transição para sistemas alimentares agroecológicos, inclusive por meio do apoio a estratégias agroecológicas nacionais nos países pertinentes. O RAFT está estreitamente alinhado aos produtos de políticas do CSA, especialmente ao fazer referência aos 13 princípios da agroecologia e às recomendações de políticas sobre [Abordagens Agroecológicas e Outras Abordagens Inovadoras para uma Agricultura e Sistemas Alimentares Sustentáveis que Melhorem a Segurança Alimentar e a Nutrição](#), bem como aos [Princípios para o Investimento Responsável na Agricultura e nos Sistemas Alimentares \(CFS-RAI\)](#).

2.3

Caminho para a Adoção 3: Incidência e Prestação de Contas no Ecossistema

Os produtos de políticas do CSA representam orientações de políticas fundamentadas em evidências e acordadas em âmbito global, sendo endossados pelos Estados-Membros do CSA e apoiados por outras partes interessadas. Como tal, podem constituir instrumentos úteis para campanhas, ações de incidência e prestação de contas em escala nacional, regional e global. Isso se aplica especialmente às Diretrizes Voluntárias do CSA mencionadas anteriormente. Em alguns casos, as Diretrizes Voluntárias do CSA e seu processo de elaboração representaram avanços significativos nos debates globais — como ocorreu com as diretrizes sobre o Direito à Alimentação e sobre a governança responsável da posse. As VGs, sobretudo nesses casos, frequentemente constituem a base intelectual e normativa de futuras negociações de políticas, o que faz delas referências especialmente sólidas e lhes confere maior força para ações de incidência.

Esse tipo de trabalho pode envolver atividades como disseminação, articulação e compartilhamento de conhecimentos, que constituem ações preparatórias fundamentais para a adoção, ao conectar os instrumentos internacionais de orientação aos debates e avanços relacionados à ação legislativa, às políticas públicas e aos programas em âmbito nacional.

As fundações filantrópicas que buscam integrar os produtos de políticas do CSA às atividades de incidência, prestação de contas e campanhas podem:

- Apoiar os esforços de comunicação e disseminação dos Secretariados do CSA e do HLPE-FSN para ampliar o conhecimento sobre os produtos de políticas, por exemplo, por meio do uso das redes de comunicação das organizações filantrópicas ou de apoio financeiro.
- Fazer referência aos produtos de políticas do CSA em campanhas e ações de incidência. Endossados pelos Estados-Membros, esses documentos representam compromissos voluntários assumidos pelos governos nacionais. Portanto, podem fortalecer a legitimidade das campanhas nacionais e ser utilizados como marco para estruturar os objetivos de campanhas e ações de incidência, fortalecendo os parceiros da sociedade civil e os atores filantrópicos locais em suas relações com os governos locais e nacionais. Isso pode incluir:
 - Apoiar os esforços de comunicação e disseminação dos Secretariados do CSA e do HLPE-FSN para ampliar o conhecimento sobre os produtos de políticas, por exemplo, por meio do uso das redes de comunicação das organizações filantrópicas ou de apoio financeiro.
 - Fazer referência aos produtos de políticas do CSA em campanhas e ações de incidência. Endossados pelos Estados-Membros, esses documentos representam compromissos voluntários assumidos pelos governos nacionais. Portanto, podem fortalecer a legitimidade das campanhas nacionais e ser utilizados como marco para estruturar os objetivos de campanhas e ações de incidência, fortalecendo os parceiros da sociedade civil e os atores filantrópicos locais em suas relações com os governos locais e nacionais. Isso pode incluir:

- Ao liderar projetos relacionados a políticas nacionais, recorrer aos produtos de políticas do CSA para ajudar os parceiros a orientar seu trabalho em direção a marcos endossados globalmente e, assim, fortalecer seu impacto na influência sobre as políticas nacionais, quando pertinente.
- Traduzir e disseminar os produtos de políticas do CSA para ampliar seu conhecimento, sua visibilidade e seu impacto. Isso pode incluir traduções linguísticas para além dos seis idiomas das Nações Unidas disponibilizados pelo CSA, bem como interpretações específicas para cada contexto, por exemplo, adaptando as recomendações de políticas aos contextos legislativos, regulatórios e sociopolíticos nacionais ou às necessidades dos projetos.
 - Um exemplo claro disso é o Manual Popular sobre as Diretrizes para a Governança da Terra, da Pesca e das Florestas, desenvolvido por e para organizações da sociedade civil como uma ferramenta de educação popular destinada a incentivar a implementação das VGGTs do CSA. Outro exemplo é a interpretação poética em língua portuguesa das VGGTs, desenvolvida pelo Espaço Feminista do Nordeste, no Brasil, com o apoio da FAO Brasil.
- Utilizar os Produtos de Políticas do CSA como ferramenta educacional e intelectual nas redes filantrópicas. Por exemplo, por refletirem prioridades políticas globais e prioridades fundamentadas em evidências, os Produtos de Políticas do CSA podem constituir um marco útil para conectar o trabalho de parceiros relevantes (incluindo organizações da sociedade civil, empresários e pesquisadores) às transformações globais dos sistemas alimentares e contextualizar seu trabalho em diferentes escalas. As fundações podem apoiar essa conexão aproximando sua ampla rede de parceiros dos processos e das políticas do CSA, incorporando-os à documentação de seus projetos e ampliando o conhecimento sobre eles nas redes filantrópicas e além delas.
- Aproveitar a capacidade de articulação das organizações filantrópicas para promover o diálogo e organizar conjuntamente espaços de discussão, ampliando a visibilidade e a disseminação dos produtos de políticas do CSA nesses espaços, em colaboração com a sociedade civil e atores governamentais, e envolvendo organizações como bancos de desenvolvimento globais e regionais, outras agências das Nações Unidas, organizações não governamentais internacionais (ONGIs), fundos climáticos e outras instituições financeiras.
- Mapear e construir uma rede de organizações aliadas (incluindo organizações de campanhas, organizações da sociedade civil, instituições de pesquisa, entre outras) para apoiar a promoção e a implementação de políticas nos contextos nacionais; identificar lacunas de capacidade, conhecimento e evidências em nível sistêmico e reformular os programas levando essas lacunas em consideração, a fim de fortalecer o ecossistema.
- Promover ativamente as políticas do CSA em diferentes fóruns e espaços, como as COPs das Convenções do Rio, a Cúpula das Nações Unidas sobre Sistemas Alimentares (UNFSS), a Aliança Global contra

a Fome e a Pobreza, o G20, as reuniões do Banco Mundial, entre outros. Isso contribui para alinhar as mensagens, evitar a duplicação de esforços e ampliar a visibilidade do CSA de forma mais abrangente; também pode gerar sinergias entre o trabalho das fundações e de outras partes interessadas em diferentes fóruns globais. Existe uma lacuna de liderança na promoção dos produtos de políticas do CSA nos diversos espaços de formulação de políticas relacionados aos sistemas alimentares, e as fundações filantrópicas têm a oportunidade de assumir um papel de liderança na construção dessas conexões.

Estudo de caso Uso das VGGTs para conectar as três Convenções do Rio

A iniciativa sobre os direitos das mulheres à terra — uma colaboração que inclui a Robert Bosch Stiftung, membro da PFM, bem como parceiros como o TMG Think Tank for Sustainability — concentra-se em promover os direitos das mulheres à posse da terra. Por meio dessa iniciativa, os parceiros utilizam as VGGTs para relacionar disposições das três Convenções do Rio (o Quadro da Convenção das Nações Unidas sobre Mudança do Clima, a Convenção das Nações Unidas de Combate à Desertificação e a Convenção sobre Diversidade Biológica) aos direitos de posse da terra, bem como para identificar sinergias e conexões entre essas três convenções do Rio, fortalecendo, assim, sua coerência geral e sua relevância para os direitos de posse. A iniciativa trabalha com organizações da sociedade civil para apoiá-las na promoção de acordos relacionados à posse da terra em fóruns internacionais (por exemplo, no âmbito das Convenções do Rio), por meio de seus processos nacionais, contribuindo, assim, para inserir de forma mais concreta as VGGTs nos espaços internacionais e nacionais de formulação de políticas.

2.4

Caminho Facilitador Engajamento com as Funções de Políticas e de Plataforma do CSA

A adoção das políticas do CSA é cíclica — quanto mais consultivo e participativo for o CSA, mais sólidas e aplicáveis serão as políticas que produz. O uso e a adoção das políticas do CSA começam, portanto, com o desenvolvimento dessas políticas em Roma; garantir a diversidade e a participação inclusiva na governança do CSA e no processo de elaboração de políticas contribui para assegurar a apropriação dos instrumentos resultantes por todos aqueles que, em última instância, serão responsáveis por sua aplicação, além de estabelecer as bases para uma melhor colaboração entre fundações, organizações da sociedade civil e instituições de governança em âmbito nacional ou regional. Para que os produtos de políticas do CSA sejam relevantes e úteis para as fundações filantrópicas, e para que estas possam contribuir de maneira significativa para sua adoção, as fundações que disponham dos recursos e de programas de trabalho pertinentes podem considerar um engajamento mais amplo com as três funções estratégicas do CSA: Plataforma, Políticas e Adoção.

Para fortalecer os produtos de políticas do CSA e sua adoção por meio do engajamento nas três funções do CSA, as fundações filantrópicas podem:

- Contribuir para os relatórios e processos do HLPE-FSN. Para além de oferecer contribuições por meio das consultas públicas sobre os relatórios, as fundações filantrópicas podem utilizar sua experiência no território para

compartilhar estudos de caso relevantes e exemplos práticos relacionados aos temas do HLPE-FSN, fortalecendo a base de evidências das recomendações. Além disso, o HLPE-FSN enfrenta limitações de recursos financeiros e humanos; as fundações filantrópicas podem apoiá-lo para assegurar que continue fornecendo evidências de excelência ao CSA. Isso favorece a adoção dos produtos de políticas resultantes pelas próprias fundações filantrópicas, pois amplia a base de evidências e incorpora, desde as etapas iniciais, perspectivas e experiências do setor filantrópico, aumentando sua relevância e utilidade para as fundações.

- Participar das atividades de Plataforma do CSA, levando ao Comitê perspectivas decorrentes da experiência das organizações filantrópicas em outros fóruns de políticas, como as COPs das Convenções do Rio, e contribuindo para a coerência e a coordenação entre os diferentes espaços globais de formulação de políticas.
- Apoiar uma participação ampla e inclusiva no desenvolvimento de políticas, promovendo especialmente o envolvimento de comunidades e grupos marginalizados por meio do Mecanismo da Sociedade Civil e dos Povos Indígenas junto ao CSA. Lacunas ou questões insuficientemente abordadas nos produtos finais de políticas podem decorrer de uma participação ou presença reduzida no processo de convergência de políticas, e enfrentar essas lacunas no futuro pode começar pela garantia de delegações fortes e diversificadas.

3. Anexo: Informações Adicionais – o CSA e a Filantropia

3.1

Anexo 1 Introdução ao CSA

O **Comitê de Segurança Alimentar Mundial (CSA)** é a principal plataforma global inclusiva para políticas de segurança alimentar, criada em 1974 e reformada em 2009. Trata-se de uma plataforma intergovernamental e internacional que reúne governos, agências das Nações Unidas, sociedade civil, Povos Indígenas, instituições financeiras e de pesquisa, fundações filantrópicas e o setor privado. A visão do CSA reformado é promover um mundo sem fome e a realização progressiva do direito à alimentação adequada. Por meio de uma abordagem inclusiva e com múltiplas partes interessadas, o CSA desenvolve e endossa produtos de políticas sobre uma ampla gama de temas relacionados à segurança alimentar e nutricional.

Estrutura de Governança do CSA

O CSA está aberto à participação de Membros (Estados-Membros das Nações Unidas), Participantes (agências das Nações Unidas, sociedade civil, Povos Indígenas, instituições financeiras e de pesquisa, fundações filantrópicas e o setor privado) e Observadores (outras organizações interessadas que atuam no âmbito da segurança alimentar e nutricional). O CSA é governado pela Plenária anual e liderado por uma Presidência e um Bureau, eleitos pela Plenária a cada dois anos. O Bureau é acompanhado por um Grupo Consultivo e conta com o apoio de um Secretariado sediado em Roma. O Bureau é composto por um grupo de Estados-Membros com

equilíbrio regional, enquanto o Grupo Consultivo é constituído pelos três mecanismos — o Mecanismo da Sociedade Civil e dos Povos Indígenas (CSIPM), o Mecanismo do Setor Privado (PSM) e o Mecanismo das Fundações Filantrópicas (PFM) —, bem como pelas Agências sediadas em Roma (FAO, FIDA e PMA), pela Organização Mundial da Saúde, pelo Banco Mundial, pelo Relator Especial das Nações Unidas sobre o Direito à Alimentação, pelo CGIAR e por outros participantes ad hoc. O CSA segue um Programa Plurianual de Trabalho (MYPoW), elaborado periodicamente pelo Bureau e pelo Grupo Consultivo e endossado pela Plenária do CSA. O CSA dispõe de uma interface entre ciência e políticas por meio de seu órgão científico consultivo independente, o Painel de Alto Nível de Especialistas em Segurança Alimentar e Nutrição (HLPE-FSN). O HLPE-FSN reúne uma rede de mais de 2.000 especialistas na área de segurança alimentar e nutricional, que podem ser mobilizados para contribuir com a elaboração de documentos e fornecer comentários e evidências, atuando de forma independente e pro bono. É governado por um Comitê Diretor de 15 membros, com mandatos rotativos de dois anos, e conta com o apoio de um pequeno Secretariado. O CSA presta contas à Assembleia Geral das Nações Unidas por meio do Conselho Econômico e Social das Nações Unidas (ECOSOC) e à Conferência da FAO por meio do Conselho da FAO.

Funções Estratégicas do CSA e Processo de Desenvolvimento de Políticas

O CSA possui três funções estratégicas: Plataforma, Políticas e Adoção. Plataforma refere-se à capacidade do CSA de reunir partes interessadas de diferentes áreas da governança da segurança alimentar e nutricional e de criar espaços para o diálogo e o compartilhamento de conhecimentos, a fim de promover a coerência das políticas de segurança alimentar e nutricional. Políticas refere-se ao desenvolvimento, à negociação e ao endosso de “produtos de políticas”, sendo o ciclo de desenvolvimento de políticas determinado pelo Programa Plurianual de Trabalho (MYPoW). Adoção, por sua vez, refere-se às atividades destinadas a incentivar o uso e a aplicação dos produtos de políticas do CSA após seu endosso.

As principais categorias de produtos de políticas do CSA são:

Recomendações de Políticas, ou seja, documentos de políticas direcionados a um tema específico que afeta a segurança alimentar e nutricional; e Diretrizes Voluntárias, documentos de políticas mais extensos e abrangentes, geralmente resultantes de um processo de vários anos. As Diretrizes Voluntárias desenvolvidas por meio desse processo mais amplo são: as Diretrizes Voluntárias sobre Igualdade de Gênero e Empoderamento de Mulheres e Meninas no Contexto da Segurança Alimentar e Nutricional (2023), as Diretrizes Voluntárias sobre Sistemas Alimentares e Nutrição (2021), as Diretrizes Voluntárias sobre a Governança Responsável da Posse da Terra, da Pesca e das Florestas no Contexto da Segurança Alimentar Nacional (2012) e as Diretrizes Voluntárias para Apoiar a Realização Progressiva do Direito à Alimentação Adequada no Contexto da Segurança Alimentar Nacional (2004). Recomendações de Políticas e Princípios foram desenvolvidos sobre uma gama mais ampla de temas, incluindo água e segurança alimentar, participação da juventude, proteção social, volatilidade de preços, investimento na agricultura de pequenos produtores, conexão dos pequenos produtores aos mercados, abordagens agroecológicas, investimento agrícola responsável, crises prolongadas, mudanças climáticas, pesca e pecuária, entre outros. O processo de desenvolvimento de políticas

geralmente começa com um relatório baseado em evidências produzido pelo [HLPE-FSN](#) e/ou por meio de trabalhos com apoio técnico da FAO, do FIDA, do PMA e de representantes do Grupo Consultivo do CSA. O Secretariado, com o apoio de uma Equipe Técnica ad hoc, elabora a base do produto de políticas, que posteriormente passa por sucessivos ciclos de comentários por escrito, é discutido em Grupos de Trabalho de Composição Aberta, negociado pelos Membros e Participantes e, por fim, endossado pelos Membros do CSA nas sessões plenárias anuais.

Papel e Impacto do CSA

O CSA desempenha um papel significativo na governança dos sistemas alimentares, por ser a única plataforma intergovernamental e internacional dedicada à ampla gama de questões relacionadas à segurança alimentar e nutricional. Sua governança é única no sistema multilateral de governança global, pois, desde a reforma de 2009, inclui a participação e a representação formais de uma gama mais ampla de grupos de partes interessadas, especialmente a sociedade civil, os Povos Indígenas, o setor privado e as fundações filantrópicas. Além disso, a interface entre ciência e políticas proporcionada pelo HLPE-FSN — que é independente, mas atua sob mandato do CSA e cujas conclusões exigem uma resposta do Comitê — assegura que o trabalho do CSA seja fundamentado em evidências.

Como resultado, o acervo de produtos de políticas desenvolvidos e endossados por meio do CSA constitui um bem público global. Esses produtos baseiam-se em contribuições científicas e são negociados por um amplo espectro de partes interessadas, incluindo os grupos mais afetados pela insegurança alimentar e pela má nutrição; além disso, abrangem uma ampla gama de questões identificadas como prioritárias pelos Membros e Participantes do CSA. Os produtos de políticas oferecem orientação normativa a todos os atores envolvidos com a segurança alimentar e nutricional em todo o mundo.

O Mecanismo das Fundações Filantrópicas

O [Mecanismo das Fundações Filantrópicas](#) (PFM) é o mecanismo por meio do qual as fundações filantrópicas se envolvem com o CSA, atuando ao lado de outros dois mecanismos: o Mecanismo do Setor Privado (PSM) e o Mecanismo da Sociedade Civil e dos Povos Indígenas (CSIPM). Por meio de seu Comitê de Coordenação — atualmente composto pela [Gates Foundation](#), pela [Global Alliance for the Future of Food](#) e pelo [Agroecology Fund](#) — e de seu Ponto Focal, o PFM amplia e coordena o engajamento coletivo das fundações filantrópicas nos processos do CSA por meio de: (i) facilitar o intercâmbio de informações; (ii) desenvolver posições conjuntas, quando pertinente; (iii) atuar como elo entre o CSA, seu Bureau e seus membros por meio dos representantes do PFM; e (iv) realizar ações de divulgação e organizar fóruns e eventos para atores filantrópicos alinhados às linhas de trabalho do CSA.

3.2

Anexo 2

O CSA e a Filantropia

As estratégias filantrópicas frequentemente incluem o financiamento de projetos localizados, ao mesmo tempo em que buscam estabelecer conexões com o contexto global: como os financiamentos e investimentos se inserem em uma transformação sistêmica mais ampla? Como o conhecimento pode ser mobilizado da melhor forma? Quais são as tendências na evolução do financiamento e das políticas? Quais são as normas e agendas de pesquisa? E como todos esses elementos contribuem para uma transição rumo a sistemas alimentares mais equitativos, sustentáveis, justos, seguros e resilientes, capazes de apoiar a consecução da segurança alimentar e nutricional universal?

O engajamento com o CSA pode servir como uma bússola para explorar algumas dessas questões: o HLPE-FSN representa o estado do conhecimento nos temas de políticas selecionados e pode apontar lacunas e agendas de pesquisa; as linhas de trabalho do CSA representam o conjunto das prioridades nacionais no âmbito dos sistemas alimentares; e as políticas do CSA refletem normas acordadas globalmente e debates atuais. O CSA pode, portanto, constituir um ponto de entrada útil para a filantropia nos sistemas mais amplos das Nações Unidas e do multilateralismo. Situado na interseção das três Agências sediadas em Roma, com participação de múltiplas partes interessadas e conexões institucionalizadas com outras agências das Nações Unidas e organizações internacionais, o CSA pode catalisar ações em diferentes partes do sistema das Nações Unidas.

Os resultados de políticas do CSA constituem oportunidades de diálogo, discussão e implementação. Eles podem agregar valor ao trabalho filantrópico ao oferecer a pesquisadores, parceiros e responsáveis pela implementação a oportunidade de compreender como seu trabalho se conecta a um sistema mais amplo e de contextualizar seu impacto, apoiando e fortalecendo a coerência das políticas globais em matéria de segurança alimentar e nutricional.

Além disso, o setor filantrópico pode contribuir para a visibilidade — e, conseqüentemente, para o fortalecimento geral — do CSA, colocando-o em posição central em espaços de articulação e discussão, conectando a experiência no território à capacidade de atuação em âmbito global e estabelecendo vínculos entre os diferentes fóruns globais nos quais as fundações estão ativas. Cada fundação filantrópica possui experiências, áreas de atuação e redes de parceiros distintas — e, portanto, diferentes espaços de atuação e diferentes pontos de conexão com as linhas de trabalho do CSA.

Tem interesse em participar no mecanismo?

[Envie um e-mail para o PFM para obter mais informações e registrar o seu interesse.](#)